

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS "DR. JOÃO AMORIM" - CEJAM

CNPJ nº 66.518.267/0001-83

Balanco Patrimonial dos Exercicios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)

Table showing the Balance Sheet (Balanço Patrimonial) for 2016 and 2015, categorized into Ativo (Active) and Passivo (Passive) with various sub-categories like Ativo Circulante, Ativo Não-Circulante, etc.

Table showing the Balance Sheet (Balanço Patrimonial) for 2016 and 2015, categorized into Passivo (Passive) and Patrimônio Líquido (Equity) with various sub-categories like Passivo Circulante, Passivo Não-Circulante, etc.

Demonstração do Resultado dos Exercicios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)

Table showing the Statement of Income (Demonstração do Resultado) for 2016 and 2015, detailing revenues (Receitas Líquidas) and expenses (Despesas com Pessoal, etc.)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercicios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)

Table showing the Statement of Changes in Equity (Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido) for 2016 and 2015, including Saldo em 01 de janeiro and Saldo em 31 de dezembro.

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercicios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)

Table showing the Statement of Cash Flows (Demonstração dos Fluxos de Caixa) for 2016 and 2015, categorized into Atividades Operacionais, Investimentos, and Financiamento.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercicios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 (em Reais)

Detailed explanatory notes (Notas Explicativas) regarding the financial statements, including information about the entity, accounting policies, and the impact of COVID-19.



ção, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem às isenções alcançadas nas contribuições previdenciárias do INSS (quota patronal). A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2016 foi de R\$ (em 2015 de R\$ 109.852.976,72) e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

Isenções Previdenciárias	2016	2015
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(120.451.680,73)	(108.999.578,12)
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por Pessoas Físicas	(758.232,54)	(853.398,60)
(-)	(121.209.913,27)	(109.852.976,72)
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	120.451.680,73	108.999.578,12
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por Pessoas Físicas	758.232,54	853.398,60

A entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 25000.196436/2015-19. 31. Tributos e Contribuições (Renúncia Fiscal): Imposto de renda e contribuição social, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a entidade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo De-

creto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal. PIS: por ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97. COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03. Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas. Em atendimento a ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409/2012, a entidade apresenta a seguir a renúncia fiscal apurada no exercício de 2016, caso a obrigação devida fosse. Para isso, em nosso julgamento, consideramos as seguintes contribuições e respectivas alíquotas, ressaltando que se trata de cálculos estimados de renúncia fiscal abrangendo os principais impostos e contribuições em função da Entidade não possuir escrituração fiscal em virtude de sua natureza não lucrativa. \* COFINS incidente sobre a receita: 3% (regime cumulativo); \* CSLL incidente sobre o superávit: 9%. Com base nos percentuais acima mencionados estimamos que a renúncia fiscal no exercício de 2016 foi de R\$ 23.990.814,73 (em 2015 R\$ 21.424.768,44), distribuída da seguinte forma:

Renúncia Fiscal	2016	2015
Cofins	22.338.107,97	20.257.586,62
CSLL	1.652.706,76	1.167.181,82
	23.990.814,73	21.424.768,44

32. Superávit / (Déficit) do Exercício: O Superávit do exercício de 2016 foi de R\$ 18.363.408,41 e o Superávit do exercício de 2015 foi de R\$ 12.968.686,88, estando assim distribuído entre a mantenedora (matriz) e mantidas (filiais):

Resultado do Exercício Desmembrado	Ident	2016	2015
Matriz (Mantenedora)	0001	1.387.305,74	3.939.374,51
Organização Social - São Paulo	0002	13.096.850,66	24.695.021,07
Escola de Saúde	0003	(262.880,17)	(367.745,40)
Gestão Saúde - Embu das Artes	0004	1.535.647,26	(1.429.443,24)
Gestão Saúde - Taboão da Serra	0006	(15.752,00)	(17.242,22)
Organização Social - Hospital Municipal M'Boi Mirim	0008	663.575,04	(9.905.457,46)
Instituto de Responsabilidade Social	0009	(529.096,68)	(1.297.675,00)
Organização Social - Mogi das Cruzes	0010	(1.241.058,06)	(1.924.703,80)
Organização Social - Rio de Janeiro	0011	511.253,31	(1.640.430,23)
Organização Social - Arujá	0012	2.503.936,59	887.925,47
Centro de Diagnóstico por Imagem	0013	713.626,72	29.063,18
		18.363.408,41	12.968.686,88

São Paulo, 31 de dezembro de 2016.

Dr. Fernando Proença de Gouvêa - Superintendente

Alexandre Papi - Contador CRC nº 1SP130223/O-3

### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos administradores do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM São Paulo - SP Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM, em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as disposições contidas na Lei 12.101/09, que regula os procedimentos de isenção de contribuições para a Seguridade Social. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se

causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: \* Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão

ou representações falsas intencionais. \* Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. \* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. \* Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. \* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as fragilidades nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2017.

Galloro & Associados Auditores Independentes

CRC PJ 2SP005851/O-7

Ara Maria Galloro Laporta - Sócia-Diretora

CRC 1SP203642/O-6